

~~ATA N.º 247~~

----- Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

~~Ordem de Trabalhos~~

1 Ata-----

1.1 Ata 245 de 08 setembro 2017-----

1.2 Ata 246 de 20 outubro 2017-----

2 Correspondência-----

3 Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4 Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Projeto de Regimento-----

4.3 IMI 2018-----

4.4 Redução do IMI por Agregado Familiar 2018-----

4.5 Participação Variável no IRS de 2018-----

4.6 Derrama 2018-----

4.7 TMDP 2018-----

4.8 Designação ou Eleição de Representantes-----

4.8.1 ANMP – Representantes-----

4.8.2 Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga (ARSC)-----

4.8.3 Conselho Municipal de Segurança-----

4.8.4 Conselho Municipal de Educação-----

4.8.5 Conselho Municipal de Defesa da Floresta-----

4.8.6 Conselho Municipal da Juventude-----

4.8.7 Assembleia Intermunicipal da CIRA-----

4.8.8 Assembleia Distrital-----

4.9 Auditor Externo – Nomeação-----

4.10 Agim – Contrato-Programa-----

5 Período Destinado ao Público-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Cristina da Silva Tavares-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- António Augusto Macedo de Cruz-----

- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----

- António da Silva Portela-----

- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----

- Carlos Manuel Martins Tavares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- Edite Bastos Rodrigues-----

- Elmano Jorge Ribeiro de Sousa-----

- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foi registada a falta justificada de Jorge Manuel Henriques da Graça, que foi substituído por Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foram apreciadas as atas n.ºs 245 e 246, de 08 de setembro de 2017 e 20 de outubro de 2017, respetivamente, as quais foram disponibilizadas em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura. Colocada a ata n.º 245 à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Ferreira, António Portela, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Colocada a ata n.º 246 à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Sousa, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Comunicação de despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro a informar do arquivamento do processo administrativo aberto a Rui Manuel Arede Lopes, membro da Assembleia Municipal no quadriénio anterior, a propósito da instauração de uma eventual ação de perda de mandato;-----
- Convocatória para o XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para assistir, na Pista do Alto do Roçário, em Talhadas, à realização da Taça de Portugal de Ralicross – Kartcross – Super Buggy;-----
- Grupo Parlamentar “Os Verdes” foram recebidos dois Projetos de Resolução apresentados na Assembleia da República: um sobre o “Programa de autoproteção em caso de incêndio florestal” e outro sobre o “Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação estratégicas e de proximidade”.-----
- Convite da Jovouga – Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Cedrim para assistir, no CAE, à peça teatral “O Filho da Terra”, uma produção Jovouga, com encenação de Joana Figueira.-----

- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para participar nas comemorações do seu 57º aniversário;-----
- Convite da Banda União Musical Pessegueirense para estar presente no seu concerto de encerramento da época intitulado “As voltas com os livros” que decorreu no auditório do Centro Social de Pessegueiro do Vouga:-----
- Convite para participar no II Encontro da Rede de Intervenção na Violência Doméstica de Sever do Vouga que se realizou no CAE sob o tema “Agressores, profundo sofrimento”.-----
- Ofício da CIRA a solicitar a indicação dos representantes do município na Assembleia Intermunicipal.-----
- Ofício do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga solicitando a indicação do representante do município no Conselho da Comunidade.-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se, para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e a chamada por ordem de inscrição, ou alternada, nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que quis aproveitar para saudar os eleitos e todos os presentes na sessão, e desejar a todos um bom mandato a favor de Sever do Vouga. Afirmou que, ao longo do atual mandato, a postura do CDS será de procurar sempre fazer política positiva a bem de Sever do Vouga. Registou o facto de, na passada quarta-feira, ter sido aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, uma moção apresentada pelo CDS que tem a ver com as ligações rodoviárias de Sever do Vouga. Explicou que, a A32, cujo traçado está previsto passar na freguesia da Branca, em Albergaria-a-Velha, não é desejada naquela freguesia e, por essa mesma razão, foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia da República, um projeto resolução que recomenda ao governo que seja alterado o traçado da A32 para deixar de passar naquela zona, o que significa que será necessário estudar um novo traçado, traçado esse que deve servir para beneficiar Sever do Vouga, sendo que o município de Sever do Vouga tem a responsabilidade de procurar puxar esse mesmo traçado para o concelho. Mais disse que, aquilo que tinha sido aprovado na última reunião de Câmara, era exatamente uma manifestação de vontade de todas as forças políticas que estão representadas no município, no sentido de serem desenvolvidos esforços junto do governo para que aquele traçado seja puxado para Sever do Vouga, dizendo, ainda, que, na primeira sessão da Assembleia Municipal era, para o CDS, importante apresentar uma moção que unisse todos os partidos representados na Assembleia Municipal em torno daquele objetivo. Por essa mesma razão, disse que iria entregar uma moção que declare o apoio às diligências que a Câmara Municipal irá desenvolver, no sentido de obter aquele traçado para Sever do Vouga. Aproveitou para, em nome da bancada do CDS, endereçar as suas condolências aos familiares da vítima mortal na sequência do gravíssimo acidente ocorrido naquela manhã e, prestar a sua solidariedade a quem sofreu ferimentos e, também, à Santa Casa da Misericórdia onde aquelas pessoas se encontravam. Terminou a sua intervenção desejando a todos um excelente trabalho, dizendo certo de que procurarão alcançar aquilo que de melhor conseguirem para Sever do Vouga.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que, sendo a sua primeira intervenção do mandato na digníssima Assembleia, quis, em nome da bancada do PSD e em seu nome pessoal, felicitar, publicamente, a equipa vencedora das eleições autárquicas realizadas no passado dia 01 de outubro, saudando todos os membros eleitos e apresentando votos de um bom trabalho, empenho e dedicação para o progresso e desenvolvimento do concelho e dos seus cidadãos. Desejou, em nome da bancada do PSD, a sua total disponibilidade para colaborar com a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, prestando o seu contributo e defendendo os interesses

do concelho e de todos os severenses, acima de qualquer outro interesse, trabalhando em conjunto pelo bem comum de Sever do Vouga. Afirmou que, sendo Sever do Vouga um concelho que sofre dos problemas típicos de interioridade, deve ser focado todo o empenho e dedicação na criação de condições para que o mesmo se apresente atrativo para o desenvolvimento da indústria, do turismo, do comércio e da agricultura, promovendo, dessa forma, a criação de novos empregos que garantam a estabilidade e progresso, permitindo a captação e fixação de pessoas, e combater a regressão demográfica e consequente envelhecimento da população que atinge o concelho. Afirmou ser muito importante o trabalho das IPSS do concelho, devendo ser apoiadas e acompanhadas nas suas necessidades pelo importante serviço que prestam a toda a comunidade. Disse que, de igual modo, é muito importante o trabalho das unidades de saúde do concelho, que são pilares essenciais ao desenvolvimento, sendo necessário dar atenção às suas necessidades e carências, bem como defender a sua manutenção onde são realmente necessárias, junto dos cidadãos. Falou sobre o facto de terem passado quatro anos desde que tinha sido implementada a delegação de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia e sugeriu que os critérios fossem objeto de análise e revisão e, ainda, que fosse incluído um caderno de encargos com a definição dos trabalhos e respetivas responsabilidades, de uma forma clara, para a execução das tarefas, assim como a padronização de apresentação de relatórios e, sobretudo, que fosse avaliada a inclusão de um reforço de verbas para as Juntas de Freguesia para que possam continuar e melhorar os serviços que prestam no apoio direto à comunidade. Sobre o orçamento municipal para 2018, o membro manifestou a sua disponibilidade para a apresentação de uma proposta de contributos para o mesmo. Concluindo, Toni Martins disse, em nome da bancada, que fazia votos para que o mandato a iniciar decorresse de uma forma produtiva, trabalhando de uma forma ativa, empenhada e com o espírito de colaboração, com a missão de servir os severenses.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que começou a sua intervenção por apresentar as suas condolências à família da vítima do acidente ocorrido, naquele dia, no concelho, e os votos de rápidas melhoras aos restantes acidentados.-----

Sendo o início de mais um mandato autárquico da Assembleia Municipal, o membro quis saudar os novos eleitos da sua bancada e todos os outros, desejando a todos um excelente trabalho. Disse contar com todos para se continuar a fazer um trabalho que tem sido merecedor do apoio e confiança das gentes do concelho ao longo de mais de duas décadas de anos. Dirigindo-se aos severenses, agradeceu a sua confiança e disse estar presente para receber as suas sugestões e opiniões, para poder dar o seu melhor.-----

O membro referiu algumas das iniciativas da Câmara Municipal, citando o novo Centro Escolar de Sever do Vouga, a generalização do fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB, a oferta dos cadernos de atividades aos alunos de 1º Ciclo, a atribuição de bolsas de estudo e a redução de alguns impostos que dependem diretamente do município. Disse saber que, nem tudo estava bem, mas que era para melhorar e corrigir isso que tinham sido eleitos. Mais disse que, obviamente, as finanças municipais não podem ser colocadas em risco. Afirmou que, as reduções, as obras e os apoios seriam bem ponderados para garantir que se mantenha uma situação financeira estável e robusta. Realçou que a Câmara Municipal pode contar com o seu apoio, que estarão atentos, vigilantes e críticos, se necessário, pois só assim poderão contribuir para um bom desempenho da equipa camarária. Relembrou os autarcas que deixaram de fazer parte dos eleitos que, com o seu desempenho e iniciativas contribuíram, e muito, para o prestígio do poder local de Sever do Vouga e que os seus nomes são de todos conhecidos e serão devidamente homenageados em data adequada.-----

A seguinte intervenção coube a **Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço** que começou por dizer que o PSD tem como uma das suas principais preocupações a educação, e que, apesar da construção de um novo centro escolar, as infraestruturas existentes não devem ser deixadas ao abandono. Deu o exemplo da Escola da Senhorinha, a qual,

atualmente, tem falta de material básico, tal como acontece com o Jardim Infantil de Talhadas que, há bastante tempo, se encontra com falta de auxiliares. Afirmou que aquela situação é bastante preocupante, quando se trata de crianças que precisam de auxílio. Apontou outro ponto importante para o PSD, que é a segurança rodoviária e, por isso, alertou para uma situação, que é a reposição da passadeira após a reparação da E.N. 328, junto às escolas que, apesar de não ser da competência direta do município, o mesmo deverá fazer pressão junto das Infraestruturas de Portugal para que aquela reposição seja feita o mais breve possível.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que começou por expressar uma saudação e um aplauso a todos os eleitos, em especial aos presidentes de Junta, aqueles que efetuam um trabalho invisível e que poucos veem. Saudou, também, todos os que, vencendo, ou não vencendo, sendo eleitos ou não sendo, fizeram a democracia acontecer. Afirmou que, pelo país fora, a democracia acontece, mas em Sever do Vouga vale tudo. Mais disse que, quarenta anos de poder local e quarenta anos de maiorias absolutas no concelho tinham trazido um concelho dividido, desigual, injusto, promíscuo e pobre. Afirmou que, hoje, vivemos num quadro em que se privilegia a capacitação e o capital humano, mas que, aqui, ainda se vivia na angústia da falta de infraestruturas básicas e que no concelho continuam a existir sítios onde nunca houve passeios e que existem pessoas que nunca tiveram um pavimento para a sua casa. Disse que todos percebem e aplaudem as candidaturas ao PARU, por exemplo, e todos compreendem que aquelas candidaturas só podem ser aproveitadas para o centro da vila, mas que é necessário que o presidente da Câmara Municipal compense as outras partes do concelho de outra forma, e não esquecê-las. Afirmou ter dado apenas alguns exemplos do que acontece no concelho e que, se fosse em Albergaria, Águeda ou Vale de Cambra, a coisa funcionava de forma diferente.-----

A seguinte intervenção foi de **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que começou por dar os cumprimentos a todos os membros, aos já conhecidos e aos novos que tomam contacto com esta nova realidade e responsabilidade acrescida, desejando que corra pelo melhor na prossecução dos interesses dos severenses. Disse registar com agrado o lançamento do projeto do orçamento participativo que teve uma grande adesão por parte da população severense. Afirmou que, após a integração das propostas no orçamento municipal, tinham dito ao presidente da Câmara Municipal que, no final, o modelo do mesmo deveria ser analisado e revisto. Porém, apesar da sua anuência, até ao momento nada foi dito e nada foi feito. Afirmou que, deve o grupo de trabalho, a constituir para esse efeito, ter como participantes membros da Assembleia Municipal, a fim de ter mais contributos para a melhoria do modelo, pelo que solicitou que, no mais breve espaço de tempo, o presidente da Câmara Municipal procedesse à convocação das pessoas consideradas aptas para análise do modelo do orçamento participativo.-----

Sobre a eleição de um representante para o Conselho Municipal de Defesa da Floresta, disse querer saber para quando estaria prevista uma reunião daquele conselho municipal, para que seja elaborado um plano de defesa da floresta. Questionou que plano existe no concelho para defesa da floresta contra incêndio, tanto mais que existe um gabinete florestal que, tanto quanto é possível perceber, trata mais do levantamento de áreas ardidas, do que propriamente a aproximação às populações com campanhas de prevenção. Ainda sobre a prevenção, questionou o que estaria a ser pensado, ou melhor, trabalhado sobre o assunto e afirmou que o executivo deve colocar mãos à obra e iniciar as campanhas devidas.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que começou por dar as boas vindas, em nome do município, a todos e desejar um bom mandato e que todos estejam disponíveis para colaborar.-----

Reportando-se à intervenção de **António Monteiro**, o presidente da Câmara Municipal disse que a situação da A25, é, realmente, importante, não só para o desenvolvimento do concelho, mas, também, para a segurança do mesmo. Aproveitou para deixar as suas condolências à família da falecida e rápida recuperação aos outros, embora o acidente

ocorrido não tivesse muito a ver com o acesso que se pretende para a A25. Ainda assim, disse estar preocupado com as acessibilidades externas e internas, que é o caso da E.N. 328, sendo que o município está a tentar que seja rapidamente renovada e melhorada, precisamente no troço de Sever do Vouga a Talhadas, tendo sido já realizadas reuniões com os membros do governo, aguardando, no imediato, uma reunião com a Infraestruturas de Portugal, de acordo com aquilo que tinha sido combinado. Informou que, a última reunião tinha sido realizada em outubro e que tinham sido discutidos esses três casos, da E.N. 328, da A25 e o desvio do traçado da A32. Afirmou ser um assunto que vem sendo discutido entre o município de Sever do Vouga e os dois municípios vizinhos, Águeda e Albergaria-a-Velha, no sentido de isso também melhore a acessibilidade para Sever do Vouga. Esclareceu que, a alteração do traçado da A32 não coincidirá exatamente com aquilo que se pretende para um acesso rápido à A25 e que tem sido discutida a utilização do traçado do IC35, que vinha de Castelo de Paiva ou de Penafiel até à A25, uma vez que é sobre esse traçado que se faria a construção do acesso à A25. Afirmou que, se houver continuidade na construção da A32, que disse não lhe parecer acontecer tão cedo, ela irá, provavelmente, coincidir com aquele traçado apenas no final da linha, até ao Carvoeiro. O presidente da Câmara Municipal informou que o município já tinha fornecido ao governo e à IP um traçado alternativo para a passagem da A32, através da encosta do lado de lá da serra entre Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha, enquanto que, aquele acesso da A25, que está previsto, passaria próximo da serra de Pessegueiro. Informou que, a última proposta que existe é que este assunto seja incluído no âmbito da discussão do próximo quadro comunitário, que se prevê iniciar-se em 2018, uma vez que, segundo informação prestada pelo governo, ao contrário do atual quadro comunitário, onde não era aceite a integração de novas infraestruturas rodoviárias e dava-se prioridade às infraestruturas ferroviárias, na comissão europeia já existe alguma disponibilidade para discutirem novos acessos rodoviários, dizendo contar que isso venha a acontecer na discussão do próximo quadro. Disse estarem a ser envidados todos os esforços no sentido de que o concelho venha a ter esse acesso e agradeceu o facto de ter sido aprovada uma moção, na última reunião de Câmara, por ser mais um contributo que é bem-vindo e, quanto mais se puder tocar em todas as instâncias superiores que possam contribuir para que este desejo se venha a concretizar, melhor.-----

Disse que iria alertar, novamente, a Secretaria de Estado das Infraestruturas para a urgência de se fazer a reunião com a IP, de acordo com o combinado, para que, até ao final do ano, realize uma reunião com aquela entidade no sentido de discutir aqueles três assuntos e, ainda, a melhoria do traçado da E.N. 328 e alguns acessos dentro da E.N. 328, como é o caso do acesso à Zona Industrial Norte de Sever do Vouga, nos Padrões, onde o município já apresentou três alternativas de projeto para elaboração dessa integração da zona industrial na parte de cima e, também, na variante a Sever do Vouga. Mais disse que, na reunião com o senhor Secretário de Estado, tinha-lhe transmitido que o município continuaria disponível para elaborar, não só o projeto, que está em estudo, mas, também, a obra, se o autorizarem, uma vez que a dificuldade tem muito mais a ver com a falta de aprovação do projeto do traçado do que com a sua execução.-----

Respondendo à intervenção de **Toni Martins**, o presidente da Câmara Municipal agradeceu as felicitações pela vitória e disse contar com todos para, em conjunto, contribuírem para um maior desenvolvimento do município.-----

Relativamente à interioridade, o presidente da Câmara disse que, quando se fala em novas zonas industriais, existe sempre essa dificuldade, sendo necessário aproveitar os pequenos espaços onde o investimento é menor para se conseguir instalar empresas, que é o que tem sido feito nas várias zonas industriais existentes, aproveitando todos os futuros investimentos que possam vir e melhorar as condições. Mais disse que, na próxima semana, iria reunir-se com o senhor coordenador da unidade de gestão para o interior, uma vez que Sever do Vouga pertence à lista dos municípios do interior. Disse ter pedido ao senhor coordenador que viesse a Sever do Vouga conhecer o concelho e ver quais são as

dificuldades existentes e quais as possibilidades de integração nalgumas candidaturas com vantagens para o concelho.-----

Seguidamente, o presidente da Câmara Municipal disse estar a debater alguns problemas com a Secretaria de Estado do Ambiente, nomeadamente quanto à saída dos avisos que prejudicam os municípios isolados a apresentarem candidaturas ao Portugal 2020. Mais disse que o município tem andado a envidar esforços junto da AdRA para que apresentem candidaturas, e que a vinda do senhor coordenador tem um pouco a ver com isso, também, para se tentar que alguns avisos saiam especificamente para Sever do Vouga ou para que alarguem o campo de candidaturas e que permitam que Sever do Vouga entre candidatando-se em separado ou em conjunto com a AdRA.-----

Relativamente ao emprego, o presidente da Câmara Municipal afirmou que existe falta de emprego especializado, que é algo de que algumas das maiores empresas do concelho precisam, sendo que o município tem vindo a envidar esforços, junto quer do Vougapark e das suas empresas, quer das empresas que colaboram com o município e que têm feito protocolos, no sentido de criar formação específica para melhorar o nível dos candidatos a novos empregos. Disse existir alguma falta de emprego, mas que as necessidades estavam à vista, bastando consultar os dados do desemprego na região e ver que Sever do Vouga e Anadia são os dois municípios com menor taxa de desemprego.-----

Relativamente ao crescimento do concelho, o presidente da Câmara Municipal disse ser com esses aspetos que se cresce, mas que é, também, com a natalidade. Disse haver algumas quebras de natalidade e que é por essa razão que o município criou alguns incentivos, nomeadamente o apoio à natalidade, o apoio às rendas, a oferta dos cadernos para o primeiro ciclo, tudo com o objetivo de fixar mais gente no concelho e para que a população aumente. Afirmou que, no país, apenas cinquenta municípios cresceram em população, sendo todos da zona de Lisboa e do Porto.-----

Sobre os acordos com as Juntas de Freguesia, o presidente da Câmara Municipal disse que os mesmos estavam a ser trabalhados e que o objetivo é, efetivamente, fazer crescer a transferência de verbas para as juntas dentro daquilo que é possível no orçamento.-----

Respondendo à intervenção de **José Almeida**, o presidente da Câmara Municipal informou que o município já tinha recebido o visto do Tribunal de Contas para o Centro Escolar, estando já assinado o contrato com o empreiteiro que vai executar a obra. Aproveitando para responder, também, a Paulo Lourenço, o presidente da Câmara Municipal afirmou que, algumas das melhorias passavam pela transferência dos alunos para o novo centro escolar e, ainda, a afetação de recursos humanos, uma vez que, ao condensar os alunos naquele centro, os recursos existentes são suficientes. Disse que o caso da Senhorinha foi uma situação invulgar, mas que já estava resolvida. Sobre a passadeira, o presidente da Câmara Municipal disse que iria transmitir isso à IP.-----

Relativamente à intervenção de **Sérgio Silva**, o presidente da Câmara Municipal disse desconhecer outro tipo de democracia que não esta. Sobre as infraestruturas básicas, disse já terem discutido o assunto várias vezes. Sobre os projetos da PARU, referiu que os mesmos só podiam ser executados nos centros urbanos e que, a questão da justiça é relativa, nem tudo para uma freguesia, nem para outra, e que iam sendo aprovados projetos e afetadas verbas a eles quando se entende que é essa prioridade, ouvindo sempre as Juntas de Freguesia.-----

Relativamente à intervenção de **Diana Paiva**, e sobre o orçamento participativo, o presidente da Câmara Municipal disse que, os projetos que foram aprovados no orçamento participativo iriam ser executados com o orçamento de 2018 e que existe uma proposta para a alteração, sendo que a mesma irá ser estudada para se poder iniciar o processo que estará sujeito a melhorias, afirmando estar disponível para ouvir sugestões e propor à Assembleia Municipal a criação de um grupo de trabalho para o efeito.-----

Sobre o plano de defesa da floresta, o presidente da Câmara Municipal disse que o município tinha um plano aprovado, ao contrário de muitos municípios do país que ainda não o têm, e que o mesmo tem sido monitorizado e atualizado anualmente.-----

Sobre a transformação dos restos da floresta, o presidente da Câmara Municipal disse que esse assunto estava a ser trabalhado, na CIRA, para a criação de uma unidade de transformação desses restos, embora a ideia ainda esteja numa fase embrionária e, possivelmente, será realizada através de uma candidatura para a criação de uma estação de biomassa, desconhecendo-se, para já, a sua localização.-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que solicitou ao presidente da Câmara Municipal a distribuição, por todos os membros, do contrato de concessão celebrado entre o município e a AdRA, para que todos fiquem habilitados com essa informação, até porque, aquilo que diz respeito à candidatura do município a verbas destinadas a investimentos no setor das águas foi um governo socialista que, na sequência do PEAASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento e Águas Residuais) determinou que considerava que os municípios não estavam a ter capacidade para fazer esse investimento e que passaria a ser através das entidades intermunicipais que esses investimentos iriam ser feitos. Afirmou que, através dos contratos de concessão, é possível conhecer o que foi feito, o que deveria ter sido feito atempadamente e não foi, e aquilo que a AdRA se comprometeu a fazer.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que faria chegar aos membros o contrato celebrado com a AdRA, através do presidente da Assembleia Municipal. Mais disse que, depois daquele governo, que celebrou os contratos, já tinha havido outro governo que não tinha acabado com esses contratos, nem tinha acabado com essa forma de funcionamento e, depois disso, a AdRA continuou e os contratos continuaram e ainda ninguém veio alterar isso. Disse ser a favor daqueles contratos, sendo apenas contra a falta de cumprimento de execução das obras e que a AdRA afirma que, inicialmente, esteve relacionado com o governo anterior e com a falta de verbas do Banco Europeu, que não facilitou as candidaturas, o que atrasou a execução das obras, mas que não tinha sido apenas em Sever do Vouga, tinha sido em todo aquele que era o plano de intervenção da AdRA para os cinco primeiros anos. Disse estar a ser discutido o EVEF, para os próximos cinco anos de atuação da AdRA. Esclareceu que, quando falou da AdRA, não tinha sido para criticar a mesma, nem para dizer que é contra, antes pelo contrário. Disse que, em Sever do Vouga, já tinham sido investidos cerca de sete milhões de euros. Embora se quisesse que tivesse sido feito mais, afirmou que as obras continuavam a ser feitas com os ajustamentos que o município pretende, que é aumentar as taxas de execução e as taxas de serviço, quer de saneamento, quer de abastecimento de água.-----

Antes de colocar a moção apresentada pelo CDS-PP à votação, o presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura do documento e abriu um período de intervenção.-----

José Almeida fez uso da palavra para dizer que todos os severenses se reviam na necessidade de existir uma ligação à autoestrada, em especial por Albergaria-a-Velha e, de facto, todos juntos teriam mais força, mas quis recordar que houveram outros partidos no governo e que tinha sido apresentado o mesmo tipo de moção à qual, na altura, nem sequer ligaram. Disse esperar que, agora, com a presença do membro municipal e ao mesmo tempo deputado da Assembleia da República, se chegue mais longe.-----

Toni Martins interveio para dizer que a bancada do PSD, naquele caso, não se opunha à moção apresentada pelo membro António Monteiro, mas quis acrescentar que, tanto a solução de acesso da IC32, ou IC35, poderá ser analisada e uma das duas pode ser considerada.-----

De seguida, interveio **António Monteiro** para esclarecer que aquela moção não procurava fazer escolhas entre possíveis soluções, mas que servia para chamar à atenção de que deve ser aproveitada a oportunidade da mudança do traçado da A32, para reivindicar que o concelho de Sever do Vouga seja beneficiado por essa alteração. Disse, ainda, que tem procurado, nas funções que exerce, para além de membro da Assembleia Municipal, chamar a atenção para aquele mesmo problema e que era importante que todos os partidos fizessem um esforço no mesmo sentido, de puxar essa via para Sever do Vouga. Propôs que fosse dado conhecimento daquela moção, quer à CIRA, quer ao governo para que

fique claro que aquela é a posição de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que afirmou, a A32 e a A25 não são exatamente a mesma coisa. A A32 é uma autoestrada concessionada que poderá, com alterações ou sem alterações, nunca ser realizada dali para a frente. Sugeriu que a moção acrescentasse e fosse mais incisiva no acesso à A25, associando as duas coisas, pois o acesso à A25 poderá, eventualmente, ser um acesso à A32, também.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

O presidente da Assembleia Municipal solicitou que todos os deputados, à semelhança dos anos anteriores, procedessem à entrega das suas intervenções.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho** que, em nome do PSD, congratulou o PS pela vitória nas eleições autárquicas, dizendo estar certa de que os severenses precisam de uma política interventiva em prol do concelho e das necessidades de quem cá vive e de quem se quer cá fixar. Afirmou que a bancada do PSD tudo iria fazer para defender os interesses dos munícipes porque acredita que o ativo mais importante do concelho são os severenses. Relativamente ao programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas, programa aquele meritório, perguntou, porque não ficou claro no comunicado, quantos daqueles duzentos e quatro indivíduos eram severenses e como é que os mesmos tinham sido identificados? No que toca à execução orçamental, no seu entender, ficou aquém do previsto, o que revela que o executivo tem adotado uma política de gestão corrente, não apostando no desenvolvimento do concelho e em dar melhor qualidade de vida e de infraestruturas à população. Referiu que o PSD iria fazer chegar ao senhor presidente da Câmara Municipal propostas para serem incluídas no orçamento e plano para 2018 e disse esperar que não aconteça o que aconteceu no presente ano, em que o executivo ficou com elas guardadas ou, talvez, perdidas no seu e-mail.-----

Foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que começou por questionar a razão do incumprimento do n.º 4 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente no que diz respeito a informações sobre o saldo e estado das dívidas a fornecedores e reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. Relativamente ao programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas, o membro questionou quantos dos duzentos e quatro indivíduos, a serem apoiados no âmbito daquele programa, eram de Sever do Vouga? Sobre os regulamentos de incentivo à natalidade e Cartão 65+, perguntou quantos requerimentos já tinham sido rececionados. No que diz respeito ao plano de transportes escolares, perguntou se estava previsto, ou se existe a intenção, daqueles transportes terem o apoio da Câmara Municipal em todos os anos letivos que dizem respeito à educação obrigatória. Relativamente à Rota do Cabrito 2017, o membro perguntou se seria possível saber o número de visitantes e se existem alguns indicadores sobre o impacto económico daquela iniciativa desenvolvida? Quanto às obras públicas mencionadas na comunicação escrita, perguntou se a construção do passadiço do trilho da Agualva, que faz parte das opções do plano 2018, já se iniciou ou se a sua inclusão tinha sido um lapso. Sobre as obras por administração direta, o membro disse ser muito difícil conseguir verificar do que se trata porque a informação é muito generalizada, dando o exemplo de “muros de suporte à estrada”, que não esclarece o local, não tem carta de intervenção e não tem qualquer detalhe.-----

A próxima intervenção foi a de **Ana Tavares** que, em primeiro lugar, desejou, a todos, um bom mandato. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal, perguntou quais são as

ações que pretende tomar para garantir a segurança dos utentes da via próxima das escolas que foi asfaltada, aquando da campanha eleitoral, e cuja passadeira ainda se encontra por pintar.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Edite Rodrigues** que pediu desculpa por estar nervosa, mas que tinha sido um dia muito difícil para a instituição onde trabalha, querendo, pois, prestar as suas condolências aos familiares da vítima e dizer que a Santa Casa estava a prestar todos os apoios possíveis naquela situação. Perguntou quando estaria concluído o devido concurso público para a contratação de serviços de refeições escolares e quais eram os critérios previstos no caderno de encargos. Disse saber que o código de contratação pública leva a que, na maioria das vezes, o critério para a contratação seja a proposta economicamente mais vantajosa, no entanto, seguindo apenas esse critério deixa de ser possível avaliar e decidir qual entidade apresenta maior qualidade de serviço para que possa garantir uma alimentação saudável para as crianças do concelho. Referiu que, atualmente, encontra-se a decorrer uma petição pública pela defesa das refeições escolares com qualidade em Portugal, que pretende a promoção da saúde, que passa pela garantia de uma boa alimentação, pelo que deve ser adotada uma atitude proativa no sentido de alterar a lei na forma como são contratados os prestadores de refeições nas escolas públicas de todo o país. Perguntou ao presidente da Câmara Municipal se estaria disponível para se associar, e ao município de Sever do Vouga, àquela petição e ao movimento que está a ser criado em Portugal, no sentido de promover uma alimentação mais saudável para as crianças.-----

António Monteiro retomou o uso da palavra para dizer que todos teriam muito mais a ganhar se o senhor presidente da Câmara Municipal tivesse feito a apresentação da comunicação para depois lhe serem colocadas as perguntas que consideravam importantes e para que, depois, pudesse responder no fim. Afirmou que, na informação que foi entregue aos membros, faltava muita daquela matéria que habitualmente consta nas informações escritas. Mas, apesar de tudo, disse ser possível analisar que existem alguns pontos que carecem de esclarecimentos. O primeiro ponto é a execução orçamental da receita, onde se pode verificar que, nas receitas de capital, existe apenas uma execução de 15%, numa altura em que falta apenas um mês para o final do ano, o que significa que, face àquilo que o senhor presidente da Câmara Municipal tinha apresentado anteriormente, faltam 2,5 milhões de euros aos cofres do município. Naquilo que diz respeito aos compromissos, disse existir um total de quase 9,5 milhões de euros, sendo que a receita que o município teve ao longo do ano, mesmo incorporando o saldo de gerência, é de perto de 8,3 milhões de euros, o que significa que existem compromissos por pagar de quase novecentos mil euros. Disse não poder deixar de perguntar se o senhor presidente da Câmara Municipal podia fornecer a informação de qual é o atual prazo médio de pagamento a fornecedores e, que impacto é que aquela quebra de capital teve na gestão da tesouraria e dos investimentos por parte do município e, ainda, se podia explicar, nas dívidas de curto prazo, o que é que são os “outros credores”, rubrica que corresponde ao valor mais elevado, para se perceber o que estava em causa, que são cerca de 1 074 000 de euros a outros credores. Disse não poder deixar de registar que, naquilo que é a execução orçamental das despesas com pessoal, é possível detetar nos abonos variáveis ou eventuais, face ao que está orçamentado, que foi gasto, até ao momento, mais do dobro. Perguntou ao presidente da Câmara Municipal o porquê daquela derrapagem face àquilo que tinha previsto no orçamento para 2017.-----

Para poder responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que começou pela intervenção de **Paula Coutinho**, dizendo que o apoio aos carenciados tinha sido uma situação trabalhada pelos serviços de ação social dos municípios em conjunto com as IPSS de Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha, não sabendo dizer quantos eram ao certo, mas que podia enviar essa informação. Informou que, em reunião com essas entidades, tinha ficado acordado que seria a Fundação Bernardo

Barbosa de Quadros a servir de armazém para os dois municípios, por ter condições de armazenamento de géneros.-----

Sobre a questão do orçamento, o presidente da Câmara Municipal disse que o mesmo estava a ser preparado e que já tinha sido enviado o primeiro rascunho aos membros da Câmara Municipal. Mais informou que já tinha reunido com o vereador do CDS e tinha reunião agendada, também, com os vereadores do PSD, para a colocação dessas questões a integrar no orçamento, não significando, com isso, que todas as propostas seriam aceites, mas que estava a ser feito esse trabalho de ouvir para ver se alguma coisa podia ser integrada no orçamento, até porque iria ser realizada uma reunião extraordinária para aprovação do orçamento.-----

Relativamente à intervenção de **Pedro Mendes**, o presidente da Câmara Municipal disse que, se a Assembleia Municipal considerasse que a comunicação deverá conter mais informação, a mesma será incluída.-----

Relativamente aos saldos, o presidente da Câmara Municipal disse que os mesmos estavam apresentados na comunicação, sendo uma informação elementar, servindo apenas como acompanhamento da execução.-----

Sobre o apoio à natalidade, informou que, a comunicação ainda não apresentava os respetivos dados, uma vez que o processo tinha sido iniciado há pouco tempo, e que o período de inscrições é entre 1 de dezembro e final do mês de janeiro 2018, pelo que, só nessa altura é que haverá mais informação.-----

Quanto aos transportes, o presidente da Câmara Municipal disse que o município está sempre a tentar melhorar os mesmos, não estando previsto, para já, o alargamento dos transportes, por ser um esforço financeiro muito elevado. Afirmou que, desde que a lei dos transportes escolares tinha saído, há mais de dez anos, a mesma nunca tinha sido alterada, continuando a não haver grandes apoios para os municípios e, se no início dessa lei dos transportes havia um incentivo e uma comparticipação importante do estado, hoje ela é mínima porque as percentagens nunca foram alteradas. Informou que, a CIRA está a trabalhar uma rede de transportes geral e intermunicipal, estando uma empresa a estudar o projeto.-----

Sobre a afluência de visitantes na Rota do Cabrito, o presidente da Câmara Municipal disse que nem todos os restaurantes tinham comunicado os números registados, não tendo, por isso, dados concretos, embora tivesse tido conhecimento de que existiram muitos visitantes.-----

Relativamente à construção de passadiços, o presidente da Câmara Municipal disse existirem duas situações: um percurso existente, que foi destruído com a construção da barragem, e que está em fase de construção; um acesso à Cascata da Aqualva que consta do orçamento e plano de atividades, ainda por executar.-----

Sobre as obras de administração direta, o presidente da Câmara Municipal disse que, se tivessem sido enumeradas todas as pequenas obras realizadas, a comunicação escrita seria bastante mais considerável.-----

Sobre a questão colocada por **Edite Rodrigues**, o presidente da Câmara Municipal disse que, no concelho, são as IPSS que fornecem as refeições escolares e que é um trabalho bastante valorizado pelo município. Informou que, o concurso que estava a decorrer teria que salvaguardar a qualidade do fornecimento.-----

Relativamente à intervenção de **António Monteiro**, o presidente da Câmara Municipal disse não ser especialista na área financeira, sendo que teria de consultar os serviços financeiros para a resposta de algumas questões. Informou que o prazo de pagamento a fornecedores era dos melhores a nível do país. No ano anterior, o prazo de pagamento médio era de cinco dias e, atualmente, andava à volta dos nove dias. Mais disse que faria chegar aos membros da Assembleia Municipal toda essa informação e que a comunicação escrita seria melhorada.-----

Foi dada a palavra a **Pedro Martins** que esclareceu que tinha citado o que consta do artigo 35º, de forma muito clara, nem mais nem menos. Depois, relativamente ao detalhe das

obras públicas por administração direta, o membro afirmou que, sem essa informação, as mesmas não eram verificáveis. Mais disse que, a quantificação, o foco e, no fundo, a caracterização do que estava a ser feito, cabia em qualquer bom ato de gestão, público ou privado.-----

Ana Tavares interveio para dizer que, a questão que tinha colocado era, que ações iria tomar até à intervenção o IP, e o senhor presidente da Câmara Municipal tinha respondido que iria falar com o IP, mas não mencionou qualquer tipo de ações, nem o que iria fazer até à data enquanto a situação continuava igual desde setembro.-----

O **presidente da Câmara Municipal** respondeu que iria comunicar ao IP a necessidade de completar a obra, designadamente para proceder à pintura da passadeira que existia naquele local.-----

António Monteiro retomou o uso da palavra para dizer que, era através da informação escrita que a Assembleia Municipal podia avaliar o que estava, ou não, a ser feito e fazer o ponto de situação quanto àquilo que era a execução financeira do orçamento, aprovado por aquele órgão. Mais disse que as explicações dadas eram insuficientes, tal como era insuficiente a informação escrita fornecida, e pediu que fosse revisto o modelo da mesma, uma vez que não cumpria os requisitos previstos na lei. Quanto àquilo que era a execução financeira, afirmou ser um dever da Assembleia acompanhar a execução financeira do orçamento e disse saber que essa informação, naquele caso, permitia concluir que existe um défice de novecentos mil euros e que existe uma receita que não foi executada e que está acima de dois milhões de euros. A propósito do orçamento, disse ter havido uma divergência entre a estimativa daquilo que iria ser gasto em abonos variáveis ou eventuais e aquilo que, efetivamente, tinha sido necessário para se poder garantir os serviços municipais. Disse esperar que, na próxima sessão, a informação escrita contivesse informação sobre os contratos que estavam a ser feitos e, ainda, informação relativa aos trabalhos feitos por administração direta.-----

4.2 Projeto de Regimento: - Ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 26º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi analisada a proposta do Regimento da Assembleia Municipal de Sever do Vouga. O presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **José Almeida** que quis dizer que o projeto de regimento tinha sido uma colaboração muito profícua entre os três grupos municipais, considerando que o regimento estava melhor. Aproveitou para dizer à Câmara Municipal que os líderes parlamentares precisavam de meios físicos mais adequados para o seu trabalho.-----

António Monteiro interveio para confirmar que tinha havido uma excelente cooperação entre os diversos grupos municipais e saudou as lideranças dos grupos e o presidente da mesa que esteve presente nas reuniões e teve um papel muito importante naquilo que foi o desenvolvimento dos trabalhos.-----

Disse, ainda, que, hoje em dia, a lei era muito clara e que o senhor presidente de mesa precisa que se cumpra a lei e que se esclareça quem é o funcionário municipal, ou funcionários municipais, que ficarão na dependência do senhor presidente de mesa para aquilo que são os serviços da Assembleia Municipal, porque uma das questões focadas, foi o prazo para a elaboração de atas.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Assembleia Municipal** que chamou a atenção para o facto de, juntamente com o projeto de regimento, existir uma grelha de tempos, pedindo que se cumprisse o mesmo com rigor. Colocada a proposta do regimento à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes.-----

4.3 IMI 2018: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2017.-----

Com a proposta aprovada, nos termos do artigo 112º do mencionado diploma, as taxas do IMI, para o próximo ano, serão as seguintes:-----

- a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----
b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

4.4 Redução do IMI por Agregado Familiar 2018: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2018, foi presente e analisada a proposta da Câmara Municipal para a redução do IMI sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel, nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----
Foi dada a palavra a **António Monteiro** que elogiou as duas últimas propostas em debate. Primeiro, a baixa do IMI, e, ainda, aquela que disse considerar ser uma norma muito importante, a redução do IMI por agregado familiar, que tem a ver com aquilo que é uma autarquia familiarmente responsável, norma que foi incluída como sendo uma possibilidade de os municípios fazerem a baixa do IMI, aliás, por iniciativa do CDS, mas que carece da vontade das autarquias para que possa ser executado.-----

Ana Mendes interveio para, em primeiro lugar, desejar a todos um bom mandato de trabalho para que, em conjunto, consigam, efetivamente, fazer mais e melhor. Quis, em seu nome e em nome da sua bancada, manifestar o seu apreço pela proposta da Câmara Municipal de reduzir a taxa do IMI por agregado familiar. Podendo tratar-se de uma medida que não congrega a concordância de todos, disse ser, sem dúvida, um sinal dos valores e linhas de orientação que movem o executivo. Disse que, com aquela medida, o executivo demonstrava empenho na valorização e fortalecimento dos laços familiares, e que, ao longo dos últimos anos, tinha-se sentido uma aposta séria nas pessoas com visíveis reflexos positivos, que, inclusive, concederam ao município a distinção como autarquia familiarmente responsável. Mais disse que, ainda havia um longo caminho a percorrer e que Sever do Vouga tinha potencial extraordinário, por ser um concelho com uma vitalidade admirável e que importa, por isso, apostar no melhoramento do que existe e na sua divulgação de modo a que mais investimentos e mais oportunidades apareçam para que as famílias possam, assim, crescer mais unidas, motivadas e felizes. Disse ser esse o desafio que lançava à Câmara Municipal para o atual mandato porque, com bases sólidas, seguramente seremos mais fortes.-----

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2018, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes.-----

4.5 Participação Variável no IRS de 2018: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pelo presidente da Câmara, e aprovada pelo órgão executivo em reunião de 08 de novembro de 2017, para se manter a participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa prevista para o município, que é de 5%.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

Foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que disse parecer-lhe de justiça promover uma redução, também, em relação a quem trabalha porque, tratando-se do IRS, estava-se a falar de proprietários e de empresas e, questionou, quem trabalha? Não terá direito, também, a uma redução da taxa daquilo que paga? Apresentou umas contas rápidas, feitas por si, baseadas naquilo que tinha sido o ano de 2016, e, sendo que cada ponto percentual equivale um pouco acima de sessenta mil euros e, se houvesse uma redução de dois pontos percentuais, a mesma corresponderia a, sensivelmente, cento e vinte mil euros.

Questionou se não seria possível poupar em algumas coisas que poderiam, eventualmente, ser supérfluas para se poder fazer face aos cento e vinte mil euros. Exemplificou com o aluguer de som, luz e audiovisual para a Ficavouga, onde foram gastos vinte e sete mil euros, o que corresponde a quase meio ponto percentual, e o aluguer de equipamento logístico no valor de seis mil e quinhentos euros, o que corresponde, também, a quase meio ponto percentual. Enumerou, ainda, outros exemplos de gastos com a Ficavouga e a Feira do Mirtilo. Disse ter tentado apresentar alguns indicadores de coisas que, talvez, no futuro, poderiam ser repensadas para poder ser beneficiado quem, de facto, trabalha, e que era nesse sentido que iria apresentar à mesa uma proposta de redução do IRS em dois pontos percentuais.-----

Toni Martins interveio para dizer que devia ser efetuada uma análise mais aprofundada da taxa em apreço, de forma que fosse considerada a hipótese de redução da mesma, tal como acontecia nos municípios vizinhos de Albergaria-a-Velha, Águeda e Vale de Cambra, com 2,75%, 0,00% e 3,80%, respetivamente, para que fosse mais um fator de incentivo à captação e fixação de pessoas para o concelho. Finalmente, disse que a Câmara Municipal não devia ser cobradora de impostos, mas, sim, impulsionadora do desenvolvimento do concelho.-----

A próxima intervenção foi a de **Sérgio Silva** que disse ter-se limitado a copiar a sua intervenção da sessão do ano anterior, na qual foi o único a votar contra, e fez a mesma intervenção que fez naquela altura, uma vez que estavam presentes membros novos e aqui alguns severenses que precisavam de ter conhecimento da mesma:-----

Sérgio Silva interveio dizendo que as autarquias podiam contribuir para baixar o IRS dos seus habitantes e que o número de municípios que prescindem de uma parte da receita do IRS a que teria direito e a oferece aos seus residentes tinha vindo a aumentar. Disse que, há vários anos que, entre as receitas das autarquias, se inclui uma transferência equivalente a 5% da coleta do IRS dos seus cidadãos (residentes fiscais). Referiu que aquela era uma das várias medidas de que podiam tomar mão para se diferenciarem umas das outras e que as autarquias tinham atualmente à sua disposição, e por essa via, tentar atrair novos residentes e empresas. Contudo, disse, no concelho de Sever do Vouga, que tem vindo a perder população e que continua na cauda dos rankings regionais e nacionais no que respeita a viver, negócios e visitar, o executivo considera que esta é “uma receita com elevada importância para a satisfação dos compromissos a assumir.” Sendo cada vez mais Sever do Vouga um concelho de desigualdades e onde cada vez menos os compromissos são assumidos, disse não poder aceitar a proposta de manutenção da participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa, prevista para o município, que é de 5%.-----

Respondendo às intervenções, e começando pelo membro Pedro Mendes, o **presidente da Câmara Municipal** disse que se fosse essa a vontade, deveriam os membros da assembleia propor que se acabasse com a Ficavouga por não ser possível reduzir, ainda mais, os impostos e realizar aquele evento.-----

Relativamente à intervenção de **Sérgio Silva**, o presidente da Câmara Municipal informou que, nos rankings de qualidade de vida, existem, pelo menos, quatro municípios, em Aveiro, abaixo de Sever do Vouga.-----

Pedro Mendes voltou a fazer uso da palavra para esclarecer que, na sua intervenção, em nenhum momento tinha dito que se acabasse com a Ficavouga ou com a Feira do Mirtilo.

Terminadas as intervenções, o presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal:-----

Catorze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Ferreira, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva.-----

Treze votos contra – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Uma abstenção - António Portela.-----

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo CDS, com vista à redução da taxa para os 3%:-----

Treze votos a favor – Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Portela, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes e Toni Martins.-----

Treze votos contra - Alexandre Machado, Ana Ferreira, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva.-----

Duas abstenções - Custódio Lima e Sérgio Silva.-----

Verificando-se um empate na votação, de acordo com o previsto no regimento, foi usado o voto de qualidade pelo presidente da Assembleia Municipal. Nessa votação, optou por votar contra, pelo que foi decidido pela rejeição da proposta de redução apresentada pelo CDS. -----

Assim, realizadas as votações, foi deliberado, por maioria, manter a participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa prevista para o município, que é de 5%.-----

4.6 Derrama 2018: - De acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal e, os termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes, as seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2018:-----

- a) 0,50% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 1,00% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

4.7 TMDP 2018: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2018.-----

4.8 Designação ou Eleição de Representantes: - Nos termos das respetivas disposições legais, foi aprovado, por unanimidade, proceder à constituição das seguintes comissões municipais, bem como, à designação ou indicação dos membros a integrar os conselhos municipais e órgão de outras entidades que a seguir se indicam:-----

4.8.1 ANMP – Representantes: - Para efeitos do que dispõe o n.º 2 do artigo 6º dos estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, tendo sido eleito António Augusto de Macedo Cruz e Sérgio Soares da Silva como suplente. Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – um voto; Banco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

4.8.2 Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga (ARSC): - Para integração do Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de um representante, tendo sido designado Elmano Jorge Ribeiro da Silva e Jorge Manuel Henriques Graça como suplente.-----
Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – zero votos; Banco – um voto, Nulo – zero votos.-----

4.8.3 Conselho Municipal de Segurança: - Para cumprimento do disposto nas alíneas d) e j) do artigo 5º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, respetivamente, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação dos membros a integrarem o Conselho Municipal de Segurança, tendo sido designados os seguintes membros: Albano Amaral Macedo, Carlos Manuel dos Santos Pereira, Cipriano de Arede Nogueira, Hernâni da Seca Martins, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço e Zélia Maria da Fonseca Marques.-----
Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e oito votos; Não – zero votos; Banco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

4.8.4 Conselho Municipal de Educação: - Para cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 5º da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, foi eleito, por voto secreto, Sérgio Soares da Silva para integração do Conselho Municipal de Educação, ficando António Augusto de Macedo Cruz como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e oito votos; Não – zero votos; Banco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

4.8.5 Conselho Municipal de Defesa da Floresta: - Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, foi eleito, por voto secreto, José Carlos Ribeiro de Sousa, para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e Custódio Tavares Pereira de Lima, como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e oito votos; Não – zero votos; Banco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

4.8.6 Conselho Municipal da Juventude: - Nos termos da alínea b) do artigo 4º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, foi eleito, por voto secreto, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Patrícia Sofia Martins Santos e Pedro Miguel Martins Mendes para integração no Conselho Municipal da Juventude.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e oito votos; Não – zero votos; Banco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

4.8.7 Assembleia Intermunicipal da CIRA: - Nos termos do n.º 2 do artigo 83º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a eleição dos quatro membros que irão integrar a Assembleia Intermunicipal, tendo sido eleitos Mário José Costa da Silva, José Luís da Silva Almeida, Toni Pedro Ribeiro Martins e António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro e Beatriz Manuel Lourenço Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva e Edite Bastos Rodrigues como suplentes, que faziam parte da única lista apresentada a sufrágio.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e um votos; Não – zero votos; Banco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

4.8.8 Assembleia Distrital: - Nos termos da alínea b) do n.º 2 da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, foi designado, por voto secreto, António da Silva Portela, para integração da Assembleia Distrital e Carlos Manuel Martins Tavares como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e quatro votos; Não – três votos; Banco – zero votos, Nulo – um voto.-----

4.9 Auditor Externo – Nomeação: - Para cumprimento do n.º 1 do artigo 77º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes, renovar a nomeação do atual auditor externo.-----

4.10 Agim – Contrato-Programa: - Foi presente e analisada uma proposta da Câmara Municipal, para celebração de um contrato-programa com a Agim, para garantir a sustentabilidade daquela associação, onde se encontra prevista a atribuição de um subsídio de € 5 750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta euros), por cada mês, durante o ano de 2018, para se fazer face ao défice de exploração, com avaliação intercalar e no final, e tendo como objeto a formação profissional dos agricultores e produtores dos pequenos frutos.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções:-----

A primeira intervenção foi a de **Toni Martins** que deu os parabéns ao executivo pela celebração do contrato, considerando que aquele devia ser mais benéfico para os severenses. Propôs que fosse incluída uma discriminação positiva para que os agricultores do concelho, residentes ou não, pudessem usufruir de uma formação a custo zero. Disse considerar importante o trabalho que a Agim desenvolve, parecendo-lhe uma mais valia para o concelho, mas que, sendo de âmbito nacional, e uma vez que desenvolve a sua atividade em todo o território português, deve existir a discriminação positiva porque, quatrocentos ou setecentos euros, para um pequeno produtor, é muito dinheiro.-----

Pedro Mendes interveio para dizer que não tinham sido distribuídos dois documentos que julgava serem essenciais para aquele processo, que eram os documentos de cabimento e compromisso. Mais disse que, sem aqueles documentos, acreditava que a Assembleia Municipal estaria fora da legalidade.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse não ter nada a acrescentar, uma vez que se tinha ausentado na altura da votação do órgão executivo.-----

António Monteiro interveio, dizendo que os documentos de cabimento e compromisso eram essenciais e que deviam ser distribuídos pela Assembleia Municipal, juntamente com a proposta, uma vez que, sem aqueles documentos, quem votasse favoravelmente, ou até, quem se abstivesse na votação, passaria a ser responsável, pessoalmente, perante o Tribunal de Contas, podendo-lhe ser aplicada uma coima que ultrapassa os dois mil euros. Pediu que os documentos fossem distribuídos ou que alguém da Câmara Municipal apresentasse uma explicação de modo a perceber o que fazer em relação à proposta.-----

O **presidente da Câmara Municipal** pediu ao Diretor de Departamento que desse uma explicação da situação.-----

O Diretor de Departamento informou que a situação do cabimento estava assegurada para o ano de 2017, mas que a proposta dizia respeito a um contrato-programa que só terá efeitos financeiros em 2018, razão pela qual não é objeto de cabimento no orçamento deste ano, estando, sim, prevista essa despesa na proposta de orçamento municipal do próximo ano.-----

António Monteiro retomou o uso da palavra para dizer que devia existir uma declaração escrita a assumir a responsabilidade em como aquela verba tinha de constar do próximo orçamento e essa declaração também não estava presente. Em relação ao compromisso, disse ter registado que nada tinha sido dito e, sem esses documentos, não poderiam votar, de consciência, a proposta apresentada.-----

O **Diretor de Departamento** disse desconhecer qualquer norma que obrigue à emissão dessa declaração.-----

Toni Martins interveio, dizendo que, atendendo aos dados novos apresentados, perguntou se podia ser considerada a proposta apresentada, por si, de haver uma discriminação positiva.-----

Interveio **Diana Paiva** para propor que a votação deste ponto fosse feita na sessão seguinte, com os elementos que tinham sido solicitados, para se poder proceder a uma votação consciente.-----

Assim, foi decidido adiar a análise e decisão deste ponto para uma próxima sessão.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Não houve qualquer participação.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----